

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Entrevista à Emissora Norte-Americana CNN

Jornalista: O Presidente Bush visita a América Latina num momento em que o continente vê o alargamento da democracia. Mas, hoje mesmo, surgem esses inquietantes acontecimentos na Argentina, descritos como um levante militar. Isso preocupa o senhor?

Presidente: Absolutamente, isso não me preocupa. O Presidente Menem tem a situação totalmente sob controle. O Presidente argentino teve a gentileza de me telefonar hoje de manhã dando conta do que ocorria em seu país; disse que se tratava de um movimento minoritário, de uma infima facção das Forças Armadas argentinas e que ele rapidamente retomaria o controle da situação. Eu tenho certeza de que ele conseguirá.

A democracia chegou na América do Sul para ficar. Ainda estamos cultivando-a, com cuidado, como uma planta tenra. Temos, ainda, que demonstrar que a democracia, que esse processo de afirmação das liberdades democráticas, tem condições de resolver as questões sociais mais graves por que passam as nossas populações, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina.

Jornalista: O senhor teme que uma situação similar possa dar-se no Brasil?

Presidente: Não, absolutamente não.

Jornalista: O Presidente Bush manifestou algum tipo de preocupação com a situação da Argentina durante o encontro de hoje?

Presidente: O Presidente Bush disse que não tomaria nenhuma atitude, que não alteraria sua viagem à Argentina por conta desse evento e que teria muito prazer em rever o Presidente Carlos Menem.

Iniciativa para as Américas

Jornalista: Sobre a «Iniciativa para as Américas», que o Presidente Bush espera venha a transformar o hemisfério, qual é sua visão? O senhor vê beneficios práticos de curto prazo?

Presidente: O gesto do Presidente Bush foi muito bem recebido no Brasil e nos demais países da América Latina. O que precisamos, agora, é tornar operacional o que até agora é uma manifestação de intenções. Com vistas a isso, já estiveram reunidos os chanceleres do Cone Sul, procurando estabelecer uma pauta comum que, quando definida, será levada ao Governo norteamericano. Ou seja, nós diremos como essa iniciativa poderá trazer benefícios para nossos países. Vai depender muito da maneira como o Governo dos Estados Unidos implementará a iniciativa, em termos de prazo e em termos de eficiência. As questões são várias: divida, novos investimentos, comércio. Esperamos, então, que o mesmo sentido positivo dado pelo Presidente Bush na fase inicial da idéia seja também dado na fase da execução, das consequências práticas.

Dívida Externa

Jornalista: O Brasil se defronta com problemas como os da dívida e do protecionismo. O senhor acha que, como resultado

de sua conversa com o Presidente Bush, progressos significativos serão feitos nesses dois temas da agenda bilateral?

Presidente: A posição do Presidente Bush sobre a questão da dívida mostra-se muito próxima à que tem o Brasil. Pude ler, com satisfação, a entrevista que o Presidente Bush concedeu ao jornal O Estado de São Paulo e que foi publicada ontem. Nessa entrevista, o Presidente Bush dizia que a questão deveria passar por uma solução de longo prazo, que é o que defendemos. O Brasil não quer assinar mais um acordo da dívida, o Brasil quer assinar o acordo da dívida, o acordo que possa dar às nossas relações com os credores internacionais a necessária estabilidade para prosseguirmos com a inserção competitiva do Brasil na economia internacional — o que passa, necessária e obrigatoriamente, por um bom entendimento com nossos credores internacionais.

Encontro Bilateral

Jornalista: Em poucas palavras, como o senhor definiria a reunião de hoje com o Presidente dos Estados Unidos?

Presidente: Eu a qualificaria como excepcional, pela coincidência de pontos de vista: a questão da divida, a questão da ecologia, a posição dos dois países no GATT. Na «Rodada Uruguai» de negociações, os dois países enfrentam problemas comuns de acesso a mercados. Há, também, a questão do acesso às novas formas de conhecimento. Foi ressaltada a posição do Brasil no que diz respeito à utilização da energia nuclear para fins eminentemente pacíficos, o que o Presidente Bush assinalou como um ponto extremamente importante para a imagem internacional do Brasil. Por tudo isso, qualifico de excepcional o encontro que tivemos hoje de manhã, esperando que nossos staffs dêem conseqüências práticas ao que conversamos, quando se reunirem hoje à tarde.

Programa Econômico

Jornalista: Seu programa econômico está afetando muito a população brasileira. O senhor pensa em alterá-lo?

Presidente: A respeito disso, é importante notar que as pesquisas de opinião pública dão um importante apoio ao Governo, sobretudo depois das duras reformas que tivemos de promover na economia brasileira. Não que me preocupe com a questão da popularidade, não é isso, eu me preocupo é com a questão da credibilidade. A popularidade pode ser flutuante, vai e volta; a credibilidade, não. O Governo, hoje, apesar de não ter os mesmos índices de popularidade que apresentava quando da minha posse, ainda os tem em nível muito elevado. O Governo tem, também, uma credibilidade extraordinária junto à sociedade. Sabem todos que no Brasil, hoje, há governo, há um programa de governo e há um Presidente da República com enorme fé e enorme entusiasmo pelo Brasil.

Inflação

Jornalista: Houve uma retomada da inflação nos últimos meses. Ela deve alcançar 16% no mês de novembro e há expectativas que alcance os 20% no mês de dezembro. É possível recuperar o controle sobre a inflação?

Presidente: Os próprios agentes econômicos, que estimavam uma inflação de 20% em dezembro, já encontram razões para crer que ela poderá ficar num nível um pouco inferior, em torno talvez dos 17%. Infelizmente o processo inflacionário foi ativado pela crise no Golfo, que para nós significou, somente este ano, um dispêndio adicional de 5 bilhões de dólares na importação de petróleo. Esse é um número expressivo para uma econo-

mia fragilizada por anos de desacerto, como a economia brasileira. O importante é que, apesar desse aumento nos gastos, os instrumentos da nossa política econômica estão se mostrando absolutamente eficazes, de modo a impedir a reedição de um processo hiperinflacionário no Brasil. É bom lembrar que passamos de uma inflação de 90% ao mês, em março, para os 16% em que ela se encontra hoje. Foi um esforço muito grande da sociedade brasileira e, se não tivesse havido essas desagradáveis ocorrências no Golfo, a situação estaria muito melhor.

Golfo Pérsico

Jornalista: Caso a última resolução da ONU não tenha êxito, e a utilização da força venha a ser o último recurso para resolver a questão no Golfo Pérsico, qual será a posição do Brasil?

Presidente: O Brasil é um país amante da paz. Há 150 anos que o Brasil não tem nenhum tipo de conflito, nenhuma guerra. O Brasil tem uma tradição longa na defesa da solução de conflitos pela via pacífica, pela negociação, pelo entendimento. Temos esperanças de que a solução da crise no Golfo se dê pela via pacífica. O episódio no Iraque nos causa muita intranqüilidade, porque foram quebradas regras internacionais sem as quais o mundo não pode pretender viver em paz e de maneira estável. A quebra dessas regras internacionais nos traz muita preocupação. Por isso, o Brasil, desde o primeiro momento, manifestou absoluto apoio às decisões emanadas das Nações Unidas.

Meio Ambiente

Jornalista: O senhor conversou com o Presidente Bush sobre a questão do meio ambiente? Há avanços na matéria?

Presidente: O Brasil, hoje, está na vanguarda da luta pela defesa do meio ambiente. Meu governo tem tomado posições muito firmes, absolutamente claras e transparentes, na matéria e deseja uma discussão ampla, sem acusações reciprocas, em torno da questão ambiental. Em 1992, o Brasil sediará a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, patrocinada pela ONU. Pretendemos que o mundo dê passos largos na reflexão sobre o que queremos para o futuro do nosso planeta.

De nossa parte, os primeiros resultados já são muito alvissareiros. Nos primeiros nove meses do nosso governo conseguimos reduzir as queimadas da Amazônia em 65%, por um motivo muito simples. Havia uma lei no Brasil que emprestava dinheiro subsidiado aos fazendeiros da Amazônia para cortar árvores e fazer pastagens para o gado. Ou seja, o próprio Governo brasileiro incentivava a devastação da Floresta Amazônica com esses recursos subsidiados. A primeira medida que tomamos, naturalmente, foi a de acabar com essa lei. Paralelamente, foi desenvolvida uma fiscalização muito severa e colocado com muita clareza que o nosso governo não admitiria, em hipótese alguma, que novas devastações fossem feitas. Ao lado disso, já assinamos convênios para reflorestar áreas devastadas da Amazônia, porque nossa preocupação não é somente a de evitar a destruição, mas também a de recuperar áreas já devastadas.

Como já disse, em 1992 estaremos discutindo abertamente a questão, no Rio de Janeiro. Devemos aproveitar a ocasião para fazer, também, uma profunda reflexão sobre o modelo de desenvolvimento das sociedades avançadas. A utilização indiscriminada dos recursos naturais, visando à produção sempre crescente, ao consumo sempre maior, talvez não seja compatível com esse desejo universal de preservar o nosso planeta.

Entrevista concedida à emissora norte-americana CNN por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, em Brasilia, DF, no dia 3 de dezembro de 1990.